
MULTITERRITORIALIDADES E ESPACIALIDADES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA VEREDA DOS ANACLETOS, ESPERANTINA (PI)

MULTITERRITORIALITIES AND SPACIALITIES OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY VEREDA DOS ANACLETOS, ESPERANTINA (PI)

Elisângela Guimarães Moura Fé

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI).
Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA); Pesquisadora do Laboratório de Socioeconomia –
LASE/PRODEMA/UFPI, Teresina –PI, Brasil.
elisangela.fe@edu.ifma.br

Jaira Maria Alcobaça Gomes

Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professora do Departamento de Economia e dos
Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Políticas Públicas da
Universidade Federal do Piauí, Teresina –PI, Brasil.
jaira@ufpi.edu.br

José Edilson do Nascimento

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI).
Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus São Luís –Monte Castelo.
São Luís – MA, Brasil
edilson@ifma.edu.br

Resumo

Esta pesquisa versa sobre a relação de territorialidade construída pelas comunidades quilombolas e a organização de seus espaços socioprodutivos, levando em conta os problemas históricos de acesso à terra que marcam a estrutura fundiária no Brasil. As pequenas comunidades quilombolas presentes no Território dos Cocais, no Estado do Piauí, revelam, em sua multiterritorialidade e microterritorialidade, marcas das temporalidades espacializadas nas formas de acesso e uso da terra. Nessa perspectiva, designou-se como área de estudo a Comunidade Vereda dos Anacleto, localizada no município de Esperantina (PI), onde se promoveram oficinas de mapeamento participativo (ACT BRASIL, 2018) envolvendo trabalhadores rurais da comunidade, além de pesquisa documental e aplicação de questionários. O território dessa comunidade é marcado pela sociobiodiversidade da palmeira carnaúba, embora poucos moradores tenham acesso aos carnaubais. Os resultados apontaram que a concentração fundiária e a submissão às normas impostas pelos proprietários de terras marcam a organização do espaço socioprodutivo, com baixa produtividade e pouca inserção nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia local.

Palavras-chave: Multiterritorialidades. Sociobiodiversidade. Mapeamento participativo

Abstract

This research deals with the relationship of territoriality built by the quilombola communities and the organization of their socioproductive spaces, taking into account the historical problems of access to land that mark the landscape structure in Brazil. The small quilombo communities present in the Cocais Territory, in the state of Piauí, reveal in their multiterritoriality and microterritoriality, marks of spatialized temporalities in the forms of access and use of land. From this perspective, the Anacleto Village Community, located in the municipality of Esperantina (PI), where participatory mapping workshops (ACT BRASIL, 2018) involving rural workers in the community were promoted, as well as documentary research and application of questionnaires. The territory of this community is marked by the sociobiodiversity of the carnauba palm, although few residents have access to the carnauba. The results pointed out that land concentration and submission to norms imposed by landowners mark the organization of socioproductive space, with low productivity and little insertion in public policies aimed at strengthening the local economy.

Keywords: Multiterritorialities. Sociobiodiversity. Participatory mapping.

Introdução

O direito territorial conquistado pelas comunidades tradicionais, por força da Constituição Federal de 1988, despertou inúmeras discussões nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais e entre os grandes proprietários de terras no Brasil. Nesse cenário, emergiram questões relacionadas às comunidades quilombolas, nas quais a definição conceitual, os procedimentos de demarcação e titulação de terras, bem como as políticas públicas voltadas para esse segmento social foram colocados em evidência.

O Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou o procedimento para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes dessas comunidades provocou reações contrárias por parte dos grandes proprietários de terra, realçando a necessidade de uma reestruturação na política fundiária do país. Apesar de haver divergências quanto ao conceito de remanescentes de quilombos, no artigo 2º, os remanescentes das comunidades dos quilombos são considerados como grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana – que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais próprias, que devem ser atestadas mediante autodefinição da própria comunidade. A propósito, reserva-se à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência de emitir a certificação quilombola a tais comunidades.

Para operacionalização do supracitado decreto foi necessário ressignificar o conceito de quilombolas considerando o critério da autodefinição. É preciso ressaltar que os termos autodefinição e remanescentes, tal qual utilizados nas legislações, criaram muitas dificuldades de interpretação, pois compreendidos como ligados a algo que está desaparecendo e autodefinidos em termos biológicos e raciais ou mesmo na perspectiva historicista e culturalista.

Schmitt et al. (2002), revisitando o conceito de quilombo, evidenciaram o “sentimento de pertença a um grupo e a uma terra como uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade construído sempre em relação aos outros grupos com os quais as comunidades quilombolas se confrontam e se relacionam”. Alertam os autores para o fato de que os grupos hoje considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, dentre eles as fugas, heranças, doações, recebimento de terras por serviços prestados ao Estado, a própria permanência nas terras que ocupavam e utilizavam no interior das grandes propriedades ou mesmo compra. Para fins de demarcação de terras, leva-se em conta critérios de territorialidade indicados pelas comunidades dos quilombos. É profícuo afirmar que as territorializações possuem marcadores sejam narrativos e ou formas espaciais simbólicas dos grupos sociais que constroem e reivindicam seus territórios.

No Brasil, até o ano 2019, 2.716 comunidades foram certificadas pela Fundação Palmares (FCP), das quais apenas 83 estão fixadas no Piauí. Nos municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina, localizados no Território dos Cocais (PI), das 11 comunidades registradas pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no Piauí, oito são certificadas e apenas uma recebeu a titulação de terras. Tais comunidades estão inseridas em uma área de transição de caatinga e cerrado, cuja sociobiodiversidade local é marcada pelo extrativismo do babaçu e da carnaúba, condicionada pelas diferenciadas formas de acesso aos recursos da biodiversidade local, tendo em vista os problemas relacionados à questão da terra.

No município de Esperantina (PI), encontram-se as comunidades Olho D'Água dos Negros, Currálinho e Vereda dos Anacleto. Para retratar a situação das pequenas comunidades quilombolas nesse território, abordou-se a Comunidade Vereda dos Anacleto, por encontrar-se em meio a carnaubais, importante produto do extrativismo vegetal piauiense, e por enfrentar problemas fundiários que se refletem na definição dos

limites de seu território e em sua organização socioespacial. Objetivou-se, então, compreender a configuração socioespacial da Comunidade Vereda dos Anacleto, vislumbrando a sociobiodiversidade local, o acesso e o uso da terra, bem como da territorialidade quilombola construída historicamente.

Na primeira seção, estruturam-se as bases conceituais para a compreensão sobre território e territorialidades nas comunidades quilombolas. Para tanto, revistou-se o conceito de comunidades quilombolas e a luta pela conquista de direitos territoriais. Nesse sentido, optou-se pelos conceitos de microterritorialidade e multiterritorialidade, a fim de direcionar o entendimento relativo ao processo de construção das territorialidades dentro e fora do território quilombola das comunidades do Território dos Cocais no Piauí. Apresentou-se a metodologia dos instrumentos de coleta e análise de dados, enfatizando o mapeamento participativo. Por fim, destacou-se o processo de construção da territorialidade quilombola, o geoambiente local e a representação socioespacial da Comunidade Vereda dos Anacleto.

As multiterritorialidades quilombolas

Após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, os libertos depararam-se com um processo de desterritorialização, como consequência do desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais, em um contínuo processo de exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2003). Corroborando com este pensamento, Mattoso (2003, p. 207), afirmou que a Lei Áurea “abandona à sua sorte o liberto, desorganiza os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres e anula os ajustamentos sociais criados por três séculos de sistema escravista”. Assim, a saída para os escravizados foi a substituição da condição de “cativo” dos campos pela categoria de trabalhadores rurais assalariados, vivendo na miséria e dando continuidade à exploração da força de trabalho ou, ainda, como posseiros nas áreas de seus quilombos (FIABANI, 2012).

Estudos que tratam da escravidão no Piauí, desenvolvidos por Falci (2001), Santos (2007); Santos e Lima (2013), Lima (2016; 2017) revelam que as comunidades quilombolas são marcas do processo de formação territorial cuja estratégia de colonização do estado foi baseada na concentração fundiária, pautada na instalação de grandes fazendas de criação de gado. No período colonial piauiense, ao surgirem situações de

insubordinação nas fazendas, aplicavam-se repressores e violentos castigos aos escravizados, muitos dos quais fugiam e formavam pequenos quilombos.

A população negra no Piauí que teve acesso à terra após a libertação da escravidão o fez principalmente por compra ou doação. Contudo, em ambos os casos, o tamanho da área não supria as necessidades das comunidades. Nesse contexto, para aquelas que se formaram de doações, além do fato de contarem com pouca terra, somava-se a pouca disponibilidade de água e a baixa fertilidade dos solos para a produção. Apesar de ainda existirem muitas lacunas quanto ao conhecimento atinente ao processo de escravidão negra no Piauí, Lima (2016) ressalta que a principal característica dessa população, em relação ao enfrentamento às relações sociais dominantes, é a resistência, tendo em vista a condição de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Contudo, as comunidades quilombolas piauienses precisam ser compreendidas na contemporaneidade. Esta discussão alinha-se a Marques e Gomes (2013, p. 142) que não se furtaram de afirmar que os “grupos quilombolas não precisam apresentar (e muitas vezes não apresentam) nenhuma relação com o que a historiografia convencional trata como quilombos”. Nesse contexto, parte das pequenas comunidades quilombolas piauienses não possuem objetos e formas espaciais que lhe sirvam de peça técnica para a comprovação da condição de escravizados, mas se reconhecem como quilombolas, levando em conta aspectos simbólicos e históricos que ressignificam o conceito desse tipo de comunidade pautada na territorialidade.

Para Arruti (2006), o quilombo, na atualidade, inclui as comunidades negras rurais, mesmo que não tenham sido formadas na época da escravidão. Concorde-se com Gomes (2015), ao afirmar que a historiografia da escravidão no Brasil deu pouca atenção aos pequenos quilombos. Nesse quadro teórico, esta pesquisa colocou em relevo as pequenas comunidades quilombolas no Piauí, formadas no contexto do campesinato, onde as territorialidades se estendem por territórios cuja propriedade da terra ainda não lhes é garantida. Para tanto, considerou-se o pensamento de Carril (2006) ao ressaltar que as formas de uso da terra e dos recursos do território têm mostrado que o acesso à terra apresenta demandas historicamente construídas.

Com efeito, a espacialização de elementos materiais e imateriais presentes nas comunidades quilombolas e a sua relação histórica de uso e ocupação da terra direcionou as análises sobre o território. Para priorizar o componente espacial na compreensão do

conceito de território e torná-lo aplicável às análises, considera-se o conceito de organização espacial como materialidade dos fixos no espaço (SANTOS, 2002), com aspectos simbólicos e imateriais que Fernandes (2015) avulta estar nas relações sociais de poder projetadas no espaço.

O conceito de território analisado por Souza (2003, p.78) é visto como um “campo de forças e uma teia de relações sociais que a partir da sua complexidade interna define o limite entre aqueles que fazem parte do grupo e aqueles que são estranhos a ele”. Dessa relação temporal e complexa entre os grupos sociais e seu ambiente é que surge a territorialidade. Nessa perspectiva, os territórios são vistos como relações sociais de poder como produto de relações econômicas, políticas e simbólico-culturais projetadas no espaço e como espaços concretos, ou seja, substratos materiais das territorialidades que definem os grupos sociais.

Quanto ao comportamento espacial da territorialidade, opta-se pela aceção de Sack (1986), para quem a territorialidade está relacionada com o modo como as pessoas usam a terra, como elas se organizam no espaço e de que maneira dão sentido ao lugar. Entretanto para as comunidades quilombolas é mister que memória, terra e etnia, como bem afirmou Carril (2006) formaram uma simbiose que lhes permitiram um vínculo duradouro entre si e com o lugar.

No rural, a base territorial é fundamental para a coesão interna e é em torno da territorialidade fixada num ecossistema, no qual as formas de apropriação dos recursos naturais foram resultado da interação com o ambiente em que vivem e defendem sua conservação.

Isso posto, denota-se que a territorialidade está nas interconexões entre as relações sociais estabelecidas com e dentro do espaço, ou seja, ela é socialmente construída. Então, define-se como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, a partir da delimitação e da afirmação do controle sobre o território.

Percurso Metodológico

A área de estudo perscrutada foi a Comunidade Vereda dos Anacleto, localizada a 43 km da sede do município de Esperantina, no estado do Piauí. A comunidade conta com 32 famílias residentes, distribuídas em 749,65 hectares de terras descontínuas.

Para subsidiar a investigação, realizou-se pesquisa documental sobre o diagnóstico fundiário, econômico, ambiental e cultural no Plano de Desenvolvimento Sustentável realizado na Comunidade Vereda dos Anacleto (EMATER / MDA / Processo nº 056/2007 / meta 18). Visando à espacialização da organização socioespacial, empregaram-se as informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) realizado na comunidade.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados no período de julho de 2017 a outubro de 2018. A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob o parecer 2.164.738 de julho de 2017. Para a coleta de dados primários, cumpriu-se uma pesquisa de campo, mediante a qual se aplicaram 22 formulários com trabalhadoras e trabalhadores rurais residentes na comunidade. Os dados reproduzidos nesse artigo são referentes à atividade agrícola e ao extrativismo vegetal.

O trabalho de campo buscou elementos alusivos à relação entre os sujeitos e a paisagem. À vista disso, foram realizadas três oficinas de mapeamentos participativos na Comunidade Vereda dos Anacleto, alicerçado no roteiro metodológico de Mapeamento Cultural Colaborativo proposto pelo ACT Brasil (2008), adaptado para as especificidades da comunidade.

O mapeamento participativo foi realizado no mês de julho de 2018, com base na elaboração de carta-imagem nas escalas 1: 5 000, a partir de imagens de satélite Rapideye, ano 2015. As oficinas envolveram a participação voluntária de agricultores, extrativistas e jovens da comunidade, que foram mobilizados pela Associação de Produtores Rurais da Comunidade Vereda dos Anacleto. Destarte, seguiu as seguintes etapas: momento de escuta dos moradores da comunidade; apresentação da proposta de pesquisa; análise de carta-imagem e produção de croqui pelos participantes; caminhada guiada, com georreferenciamento de pontos indicados pelos participantes. Após o processamento das informações no Sistema de Informação Geográfica (QGIS 2.1), apresentaram-se aos participantes os mapas para a análise dos resultados.

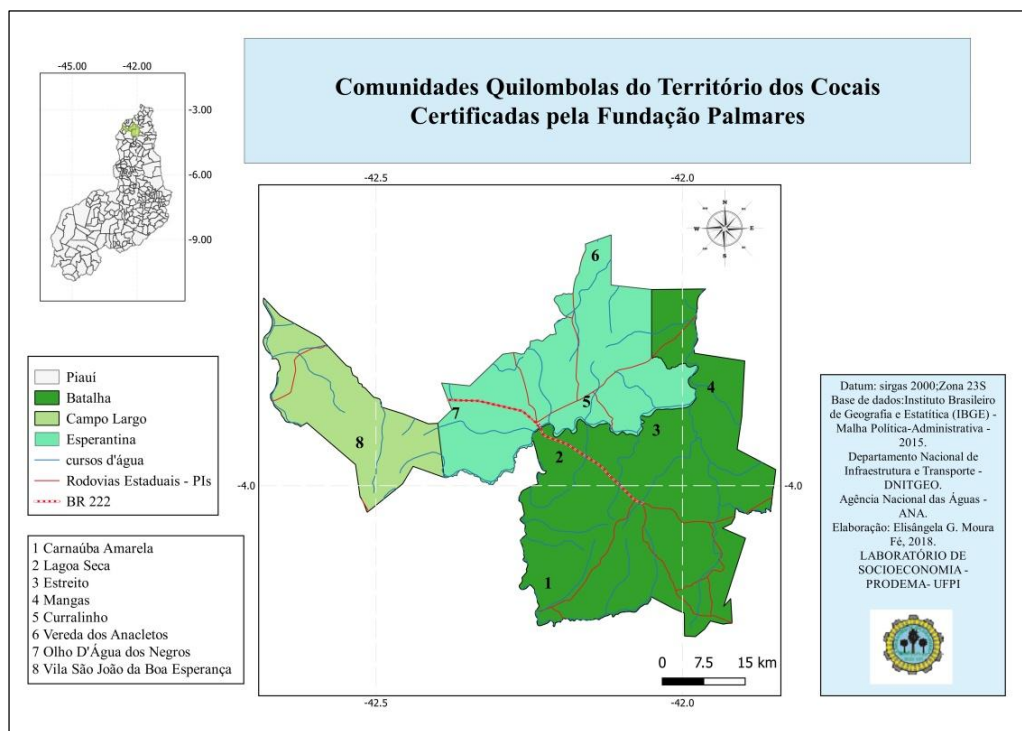
Territorialidades Quilombolas no Território dos Cocais – PI

A territorialidade, na concepção de Raffestin (1993), reflete a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas

sociedades em geral. Assim sendo, o processo e o produto territorial são vivenciados, simultaneamente, pelos membros da comunidade, via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas as vinculações de poder projetadas na interação entre os atores que modificam tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais.

No Piauí, as comunidades quilombolas localizadas no Território dos Cocais (figura 1), a identidade territorial é compartilhada entre elas pelas interações culturais, nas formas semelhantes de convívio e usufruto da terra, e no sentimento de pertencimento que marcam a territorialidade quilombola.

Figura 1 – Mapa das Comunidades Quilombolas no Território dos Cocais – PI (Aglomerado 3)



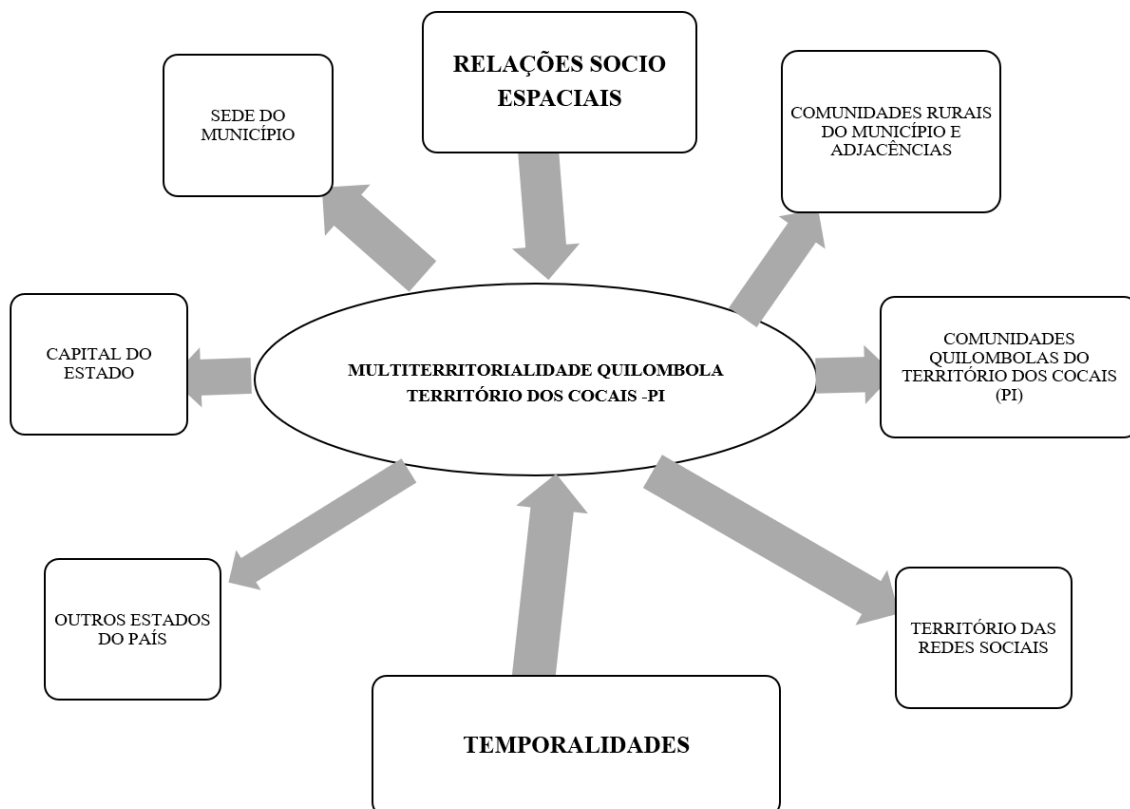
Fonte: organizado e elaborado por Moura Fé (2019).

Nesse contexto, as comunidades quilombolas do Território Cocais – PI vivenciam uma multiterritorialidade, tendo em vista o processo de construção histórica dos territórios e as interações espaciais com outros territórios. Essa perspectiva está em consonância com o pensamento de Haesbaert (2015) acerca de territorialização. Conforme o supracitado autor, essa é a parte do nível individual ou de pequenos grupos, sendo que toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios de diferentes escalas.

A propósito, Moura Fé e Gomes (2015), ao examinarem a organização espacial e a sociobiodiversidade na Comunidade Quilombola Olho D'Água dos Negros, localizada do município de Esperantina- PI, constataram que a toponímia dessa comunidade resgata o sentimento de pertencimento com o lugar. No supracitado território, o fortalecimento da mobilização coletiva das comunidades resultou em avanços pontuais, relacionados ao acesso a políticas públicas inclusivas de geração de renda. No entanto, permanecem problemas fundiários que dificultam o desenvolvimento produtivo.

A Figura 2 sintetiza as relações socioespaciais construídas historicamente que designam a multiterritorialidade quilombola no Território dos Cocais – PI. As relações com as comunidades rurais localizadas no entorno têm caráter histórico e simbólico, uma vez que correspondem ao território das memórias e das simbologias presentes nas falas, nomeadamente das pessoas mais velhas, o território sagrado.

Figura 2 – Territorialidades para além das comunidades – Território dos Cocais - PI: múltiplos arranjos sociais e territoriais



Fonte: elaborado pelos autores, com base em Haesbaert (2003), Raffestin (2015) Saquet (2015).

Ressalta-se a existência de uma multiterritorialidade que percorre consecutivamente diversos territórios descontínuos e/ou territórios integrados em rede,

em nível individual ou de pequenos grupos. Essa multiterritorialidade pode ser sucessiva – que exige o deslocamento físico entre as comunidades e entre estas e a sede dos municípios – ou pode ser simultânea, marcada pelos objetos técnicos informacionais presentes no cotidiano das comunidades.

A Territorialidade e Espacialidades da Comunidade Vereda dos Anacleto - Esperantina (PI)

As comunidades estão no nível dos microterritórios cotidianos, pois em consonância com Heinrich (2015, p. 275), “participar do microterritório é conceber-se pertencido”. Portanto, é um território que se apoia na identidade dos que dele participam, na relação entre a ocupação e representação social.

A identidade de Vereda dos Anacleto é revelada na tipologia do nome da comunidade quilombolas, estabelecendo a relação natureza (vereda) e sociedade (Anacleto). Na etapa de escuta da Oficina de Mapeamento Participativo (setembro 2018), as narrativas do Sr. A. R. de S. (51 anos), descendente dos Anacleto, patenteia a história do tronco familiar que deu origem à comunidade.

Os Anacleto foram os primeiros negros a estabelecer moradia nesta área. As veredas são os caminhos pedregosos e de difícil acesso para quem não conhecia o lugar. Nas fazendas situadas nas imediações, tinham muitos trabalhadores negros que eram como escravos. Estes trabalhadores muitas vezes não aguentavam os castigos dos encarregados das fazendas e fugiam e vinham se esconder aqui, nas veredas. (Informação verbal, setembro, 2018)

As narrativas dos moradores são fruto da memória seletiva herdada das relações de parentesco que marcam a territorialidade revelando a relação entre a história e o sentimento de identidade. A experiência de mapeamento participativo nesta comunidade contou com a disponibilidade dos moradores que voluntariamente relatavam a história de vida das famílias, os conflitos territoriais, as mudanças na paisagem. Os relatos eram externalizados pelos mais velhos, com destaque para a participação masculina, e os registros em croquis foram feitos por jovens, destacando a participação feminina. Evidenciando as relações de poder e gênero ali materializadas, conforme figura 3.

Figura 3: Mosaico de fotografia com momentos do mapeamento participativo na Comunidade Vereda dos Anacleto – Esperantina (PI): **a** – momento de escuta dos moradores; **b**- elaboração de croqui; **c** – Caminhada Guiada **d** – Análise do resultados do mapeamento pelo moradores.



Fonte: FÉ, 2020.

A realidade dos trabalhadores rurais da Comunidade Vereda dos Anacleto está implícita nas discussões de Fiabane (2012, p. 364) acerca das comunidades quilombolas no Brasil, ao aduzir que “os camponeses negros brasileiros, que não são proprietários das terras que ocupam, são praticamente “invisíveis”, sendo apenas “descobertos” por ocasião dos conflitos fundiários”.

Assim, a Comunidade Vereda dos Anacleto se insere desse processo de invisibilidade, e a sua formação territorial contextualiza-se nas pesquisas de Acseirad (2012), ao realçar que nos anos 1970, o regime autoritário deu facilidades e incentivos para que grandes grupos empresariais se apropriassem de terras e que os atos de grilagem fossem formalmente reconhecidos pelo chamado “assalto cartorial”. Na etapa de escuta dos moradores da Comunidade Vereda dos Anacleto (oficina de mapeamento participativo, setembro, 2018), relataram que os anos de 1940, período que tiveram seu território subtraído pelos chamados os “homens de bens” – denominação dada localmente aos fazendeiros criadores de gado – buscaram ampliar as áreas das fazendas. Estes

ocuparam, com o consentimento político e jurídico local, as chamadas “terras soltas” – denominação histórica local para as áreas que não haviam sido demarcadas por proprietários particulares – e conseguiram apropriar-se das terras nas quais viviam os Anacleto. Fato que retrata a exclusão étnica racial, desse grupo social que foram historicamente subalternizados.

Os Anacleto foram gradativamente perdendo a terra, e passaram a trabalhar nas propriedades que outrora foram de seus antepassados, embora a terra continuasse a ter valor de uso e vivência. Formas espaciais simbólicas representavam a identidade cultural, tais como capela e o cemitério foram destruídas e ou dificultada o acesso. Os relatos do morador A. C. R. S (51 anos) reproduz a narrativa transmitida dos moradores mais velhos, que não acreditavam na possibilidade de, um dia, conquistarem a regularização de terra. Em sua explanação, denota-se a manutenção histórica da concentração fundiária a que foi submetida essa comunidade.

Nesse cenário de concentração de terra, criou-se uma dependência do trabalho das chamadas terras “alheias” - nome por eles atribuído à terra nas quais os Anacleto trabalhavam de três a quatro dias para o proprietário, apenas para terem o direito de morar e cultivar a terra. Diante das dificuldades de acesso à terra, os moradores fundaram, no ano de 1997, a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade, o que lhes facultou um envolvimento político mais efetivo, na contínua trajetória de conquista da terra.

Os anos 2000 foram um período conflituoso, quando alguns moradores enfrentaram ameaças de despejo por parte dos proprietários da terra. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de movimentos sociais ligados à causa, conseguiram financiar a compra de 343 hectares de terra. Essas terras são uma parte da propriedade Chapadinha – denominação dada pelo proprietário –, as quais, após aquisição, foram divididas entre 15 famílias. As demais famílias continuaram residindo em uma propriedade de particular – denominada Curral Velho, entretanto que no passado já fez parte do território da comunidade.

Todavia, as terras adquiridas na propriedade Chapadinha são insuficientes para desenvolvimento de atividades agrícolas e não abrangem o território completo da comunidade. Por conseguinte, a maior parte dos agricultores recorre ao arrendamento para produzir os gêneros agrícolas, reproduzindo as relações desiguais de poder ligadas à propriedade da terra.

Na Comunidade Vereda dos Anacleto, existe um conflito de uso e de propriedade, uma vez que 60% trabalham e/ou moram em propriedades que historicamente estão ligadas às suas territorialidades, fazendo uso de uma terra que não pode ser, de fato, apropriada. Com certificação quilombola, muitos moradores da comunidade enfrentaram mais dificuldades de acesso à terra e aos recursos da biodiversidade local, e ficaram receosos de serem despejados.

Neste cenário o território da Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto é fragmentado em duas propriedades de terras: Chapadinha e Curral Velho. Diante da questão fundiária, o território da comunidade ficou dividido em duas áreas descontínuas, a saber: os baixões (Chapadinha) e as terras altas (Curral Velho), entre as quais há propriedade privada, com a presença de carnaubais. A área de uso das terras pelas famílias da comunidade é restrita ao espaço de moradia e roça. A maior parte dos moradores tem à disposição até 10 hectares de terra, espaços que tendem a se reduzir à medida que se formam novas famílias e estabelecem moradias nas terras ocupadas pelos pais

Entretanto, diante da territorialidade construída e na autoidentificação, foi certificada pela Fundação Palmares como comunidade quilombola, por meio do processo nº 01420.001186/2005-59, de 3 de junho de 2005. Com essa certificação, buscam a regularização fundiária e o direito de (re)conquista do território de pertencimento, mediante processo de regularização aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reivindicando uma área de 1.100 hectares. A certificação quilombola vislumbra novas possibilidades como a de garantia da terra, o fortalecimento da identidade étnica- racial e territorial a autoestima (CARRIL, 2006).

Segundo o Sr. L. R. (61 anos), Presidente da Associação de Produtores Rurais, os proprietários das terras vizinhas, cujo espaços são conhecidos localmente como *quintas de carnaubais*, por medo de perderem suas terras, cercaram e delimitaram os limites de uso da comunidade. Dessa forma o território da Comunidade Vereda dos Anacleto foi comprimido e comprometendo a sua territorialidade.

A principal ocupação da população masculina adulta é a agricultura. Dentre os formulários aplicados, 70% dos homens afirmaram trabalhar na agricultura e no extrativismo da carnaúba. Em relação às mulheres, 100% declararam-se agricultoras e 20% delas, identificaram-se, também, como artesãs e extrativistas. Quanto à jornada de trabalho, 80% dos homens dedicam de cinco a seis dias da semana às atividades agrícolas.

As mulheres dedicam menos tempo à agricultura, e apenas 37% delas indicaram seguir essa jornada de trabalho.

A paisagem vegetal de Vereda dos Anacleto é marcada por carnaubais (*Copernicia prunifera*), componente da sociobiodiversidade e Produto Florestal Não-Madeireiro (PFNM), reputado como o mais importante produto de extração vegetal do Piauí, por meio do qual moradores estabelecem relações de trabalho. Em conformidade com o registro do CAR, a área de reserva legal da propriedade Chapadinha, com 64,8 hectares, e a área de remanescentes da vegetação nativa concentram-se em 187,50 hectares da propriedade. Na reserva legal, encontram-se carnaubais e espécies do cerrado e da caatinga nos quais a população pratica o extrativismo de coleta.

No que tange à propriedade Curral Velho, foram mensurados 247, 23 hectares de áreas remanescentes da vegetação nativa. Destas, ainda serão identificadas a área de reserva legal e a área de uso restrito. Nessas áreas, a principal atividade é a extração da palha de carnaúba e a agricultura de subsistência, com destaque para as experiências com a agroecologia.

As narrativas dos agricultores da comunidade revelam que a palmeira do tucum (*Bactris setosa Mart.*) já foi bastante abundante no território. Os moradores a utilizavam para extrair óleo, consumo in natura, produção de artefatos de uso doméstico e comercialização do fruto no comércio do município. Contudo, essa palmeira foi gradativamente suprimida para liberar espaço para a criação de gado.

Nesse geoambiente, os solos latossolos vermelho-amarelo São identificados como franco-arenoso e pedregoso (EMATER/MDA, 2008), distribuindo-se por terrenos pouco ondulados, com a ocorrência, inclusive, de solos argilosos. O agricultor R. A. (64 anos), ao fazer referência à qualidade da terra para o plantio na Comunidade Vereda dos Anacleto, atestou que:

“toda terra é boa, as melhores terras são de tabuleiro, chapada e carrasco, ela precisa ser bem tratada, terra é vida e se ela não produz é porque está doente, desmatada e queimada.” (Informação verbal – narrativa extraída na caminhada guiada, setembro de 2018).

O clima do município de Esperantina, bem como dos outros municípios que compõem o aglomerado três do Território dos Cocais é tropical, e segundo a classificação de Köppen, é do tipo Aw', quente e úmido (CODEVASF, 2006). Registra-se na Comunidade Vereda dos Anacleto, consoante narrativas dos agricultores ao longo da oficina de mapeamento participativo, promovida em setembro de 2018, um período

chuvoso (de janeiro a junho) e um período seco (de julho a dezembro). A propósito, os agricultores observaram, no decorrer dos últimos vinte anos, uma variação no regime de chuvas e o aumento da temperatura local.

No Território da Comunidade Vereda dos Anacleto há uma boa disponibilidade de recursos hídricos, com a presença de nascentes (olho d'água), cacimbas, lagoas, riachos e açudes, singularizando-se como uma potencialidade para atividades agrícolas e piscicultura na comunidade. Não obstante, concebe-se a necessidade de proteção às nascentes, tendo em vista a fragmentação das propriedades que formam o território da Comunidade Vereda dos Anacleto.

A Comunidade Vereda dos Anacleto projetou-se no Território dos Cocais pela inserção da agroecologia no processo produtivo. Apesar disso, nota-se que a técnica empregada é agricultura de corte e queima. Dos 22 de formulários aplicados com agricultores, apurou-se que 80% realizam práticas de desmatamento e queimadas, e os demais (20%) produtores optam pela agricultura orgânica.

O maior problema para a atividade agrícola é a falta de acesso à terra, uma vez que o arrendamento se desnuda como a principal relação de trabalho. Do total de agricultores, 40% trabalham em terras arrendadas, enquanto 50% trabalham em terras próprias. Dos agricultores da propriedade Chapadinha, 75% trabalham em outras comunidades rurais em troca de diária, e dentro da comunidade, revezam os dias trabalhando em sua roça e na roça de outros agricultores.

Sobre o arrendamento de terras, o agricultor R. A. (62 anos) concebe essa relação como injusta, ao declarar que “com a divisão de cinco cargas por uma, só quem ganha é aquele que diz que é dono da terra”. Na concepção dos agricultores, seria mais justo negociar, também, os demais serviços realizados por eles, desde a produção de forragem até a cerca, que fica para o proprietário da terra. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Esperantina e a Associação de Produtores Rurais da Comunidade não interferem nas negociações de arrendamento e nas condições impostas pelo proprietário da terra.

Durante a caminhada guiada percebeu-se um conflito ambiental local relacionado ao uso da terra. Ao identificarem as terras de “tabuleiros”, onde há a presença de espécies da caatinga, como o jucá (*Libidibia ferrea*), a umburana (*Commiphora leptophloeos*) e o pereira (*Aspidosperma pyrifolium Mart*), não são muito produtivas. Para

os agricultores que desenvolveram a agroecologia a exemplo do sr. R. A. (62 anos), que anunciou não haver problemas com as terras de “tabuleiros, chapada, carrasco, desde que não a maltratem com queimadas e desmatamento”. Os agricultores defendem que se tivessem acesso à terra, projeto de irrigação, máquinas e equipamentos, assim como capacitação técnica, aumentariam a produtividade e melhorariam a qualidade de vida de suas famílias.

Territorialidades e sociobiodiversidades reveladas no mapeamento participativo na Comunidade Vereda dos Anacleto

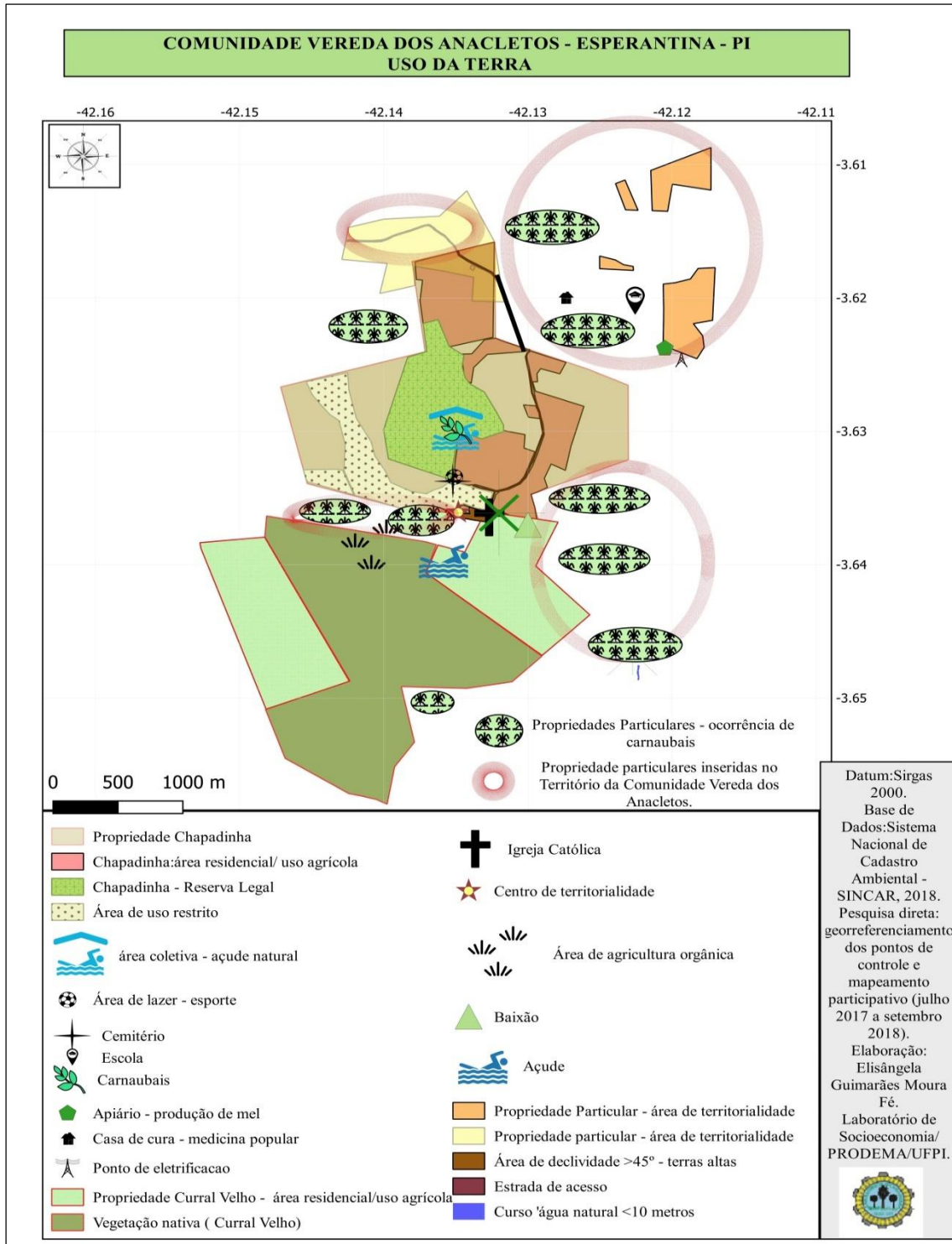
A figura 4 ilustra os resultados do mapeamento participativo realizado na Comunidade Vereda dos Anacleto, em setembro do ano de 2018. Na organização espacial da comunidade, as áreas residenciais coexistem no espaço produtivo. Essa integração casa-roça fortalece os laços dos moradores com a terra e reforça a necessidade de assegurar o território por meio do processo de regularização fundiária.

O mapeamento participativo jogou luz as narrativas da Comunidade Vereda dos Anacleto, os participantes identificaram no território as formas espaciais mais simbólicas para a identidade territorial, coletivamente recorreram as memórias para ressignificar a história de formação da Comunidade. Algumas dificuldades foram encontradas, dentre elas a pouca participação das mulheres quilombolas em função das relações de gênero que naquele contexto deu maior representatividade aos homens. Por outro lado, os participantes no primeiro momento participavam timidamente das rodas de conversas, uma vez que ainda não se sentiam completamente seguros quanto aos rumos da pesquisa. Foi um processo que exigiu a construção de relação de confiança com os pesquisadores, conquistada com a transparência da pesquisa e parceria com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí.

Percebeu-se que os carnaubais predominam nos geoambientes da Comunidade Vereda dos Anacleto e em seu entorno (Figura 4). Há uma sociobiodiversidade presente, pois da palha da carnaúba, as mulheres produzem vassouras, que são vendidas nos comércios localizados na sede do município de Esperantina, e produzem peças de artesanato. O pó da carnaúba é o produto mais valorizado e mais rentável na comunidade, ou *ouro branco*, assim definido por alguns extrativistas. Sua obtenção acontece tanto nas

áreas de reserva quanto no arrendamento das “quintas de carnaubais” existentes no entorno da comunidade.

Figura 4 - Mapa da Espacialização do Território da Comunidade Vereda dos Anacleto – territorialidade e uso da terra



Fonte: FÉ (2020).

Corroborando essa assertiva, Carvalho e Gomes (2016) sublinham que “a atividade de extração do pó cerífero da carnaúba historicamente foi realizada de maneira informal, por meio de acordos verbais.” De acordo com as informações do Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade (Oficina de mapeamento participativo, setembro de 2018), nesse caso, primeiro os proprietários arrendam para terceiros – que não são moradores da comunidade – e estes, por sua vez, arrendam para os moradores interessados da comunidade. Esse fato diminui o rendimento dos moradores no extrativismo da carnaúba, provocando o deslocamento de trabalhadores da comunidade para fazendas de carnaubais existentes entre outros municípios, a fim de extrair a palha e o pó da carnaúba.

Durante a caminhada guiada, os participantes se entusiasmaram em mostrar as roças e a produção do pó da carnaúba. Identificaram a casa de farinha, como um importante símbolo produtivo e cultural na comunidade. A Comunidade Vereda dos Anacleto construiu suas territorialidades em espaços vivenciados por seus ancestrais e os moradores que mesmo mantendo uma relação de pertencimento e identidade e vínculos com o uso da terra não tem o direito de propriedade e posse da terra.

No momento de escuta, no processo de mapeamento participativo, os moradores da comunidade nos colocaram em sintonia com suas memórias, afetividade, com o cotidiano e dificuldades do trabalho. Nesta ocasião, as relações econômicas foram representadas nas de formas de uso da terra nas relações de trabalho baseadas em laços de parentesco. As relações de territorialidade simbólico-culturais se confrontaram com a histórica questão fundiária do lugar. Nesta etapa os participantes identificaram como pontos importantes no lugar, os cemitérios, os campos de futebol, a casa dos rezadores, os açudes, a área de preservação, a igreja e os carnaubais.

O centro de formação territorial da Comunidade é a área da propriedade Curral Velho, lugar onde construíram a capela, mesmo sem o consentimento do atual proprietário das terras. De lá, segundo eles, os Anacleto se dispersaram pelos arredores utilizando a terra como morada, subsistência e construíram territorialidades expressas nos objetos espaciais que, revelam as relações sociais e produtivas imprimindo o sentimento de pertencimento com o lugar.

A apropriação coletiva da terra é característica da territorialidade das comunidades quilombolas. O’Dwyer (2010) traçou algumas considerações quanto à territorialidade

desses grupos enfatizando que a ocupação da terra não se fez em termos de lotes individuais, predominando o uso comum, que obedece à sazonalização das atividades agrícolas, extrativistas ou outras. Há assim, em Vereda dos Anacleto observou-se formas de uso e ocupação da terra, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade, porém vinculada e articulada a outras comunidades e outros espaços.

Conforme Marques e Gomes (2013), durante a caminhada guiada, os participantes não identificaram nenhum espaço ou objeto que faziam alusão à escravidão. Porém as memórias recorreram à localidade vizinha, chamada Boa Vista dos Cariocas, lugar onde os moradores eram brancos, no qual os Anacleto frequentavam as festas que lá aconteciam, nestas existia um cordão de isolamento em que os negros não poderiam dançar com os brancos. Em virtude da segregação racial que vivenciaram historicamente.

Uma das formas espaciais que simboliza a história, a memória e o pertencimento na comunidade é o cemitério. Na comunidade Vereda dos Anacleto, de acordo com os relatos dos moradores, os cemitérios no qual estão enterrados os entes, encontram-se dentro de propriedades de particulares cercadas. Os moradores não tem mais acesso e as sepulturas já foram arrastadas pela água ou tomadas pela vegetação.

Compreende-se que a garantia de território específico para as comunidades quilombolas, um substrato das territorialidades, é um passo importante para a cidadania de grupos étnicos afrodescendentes cuja identidade também está ligada à terra. É na terra que se dá o processo de organização do espaço mediado pelo trabalho, e que traz implícito o domínio de técnicas e a cultura, construídos proximo às formas de manejo dos recursos naturais.

Considerações finais

A multiterritorialidade vivenciada pelas comunidades quilombolas no Territórios dos Cocais revela a inserção desse grupo nas diferentes dimensões do espaço geográfico e reforça a ressignificação do conceito de comunidades quilombolas na contemporaneidade.

A microterritorialidade da Comunidade Vereda dos Anacleto é marcada por relações de poder, que envolve o proprietário de terras que não se identifica culturalmente

com o lugar e a população advinda do tronco familiar dos Anacleto. Nesta relação o proprietário de terras direciona as possibilidades de uso e organização do espaço socioprodutivo.

A não titulação das terras dificulta o desenvolvimento econômico e social das comunidades, corrobora para a continuidade dos conflitos, atrasa o acesso as políticas públicas pelas comunidades e induz o êxodo rural dos jovens e adultos com capacidade de trabalhar. A Comunidade Vereda dos Anacleto é uma, dentre tantas comunidades no Brasil, cuja a falta de acesso a propriedade das terras e a frágil organização social dos quilombolas são fatores que a exclui de espaços políticos importantes para conquistas dos seus direitos.

Esta pesquisa buscou empreender um panorama da organização socioespacial da Comunidade Vereda dos Anacleto, por meio do mapeamento participativo os quilombolas protagonizaram os pontos que julgaram mais relevantes para compreensão do seu território e da sua territorialidade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Sobre os usos sociais da cartografia. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ; Instituto de Pesquisas Urbana e Planejamento Urbano e Regional, 2012. p. 9-46. (Coleção território, ambiente e conflitos sociais, n. 2). Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/ACSELRAD_en_ri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ACT BRASIL. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo**. Brasília: ACT, 2008. (Série Mapeamento, manejo e produção, n. 1. 76 p.).
- ARRUTI, J. M. **Mocambo - História e antropologia do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2006. 368 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408>. Acesso nov. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARRIL, L. de F. B. (2005). Quilombo, território e geografia. *Agrária (São Paulo. Online)*, (3), 156-171. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i3p156-171>. Acesso abr. 2021.

CARVALHO, J. N. F.; GOMES, J. M. A. Negociações coletivas no extrativismo da palha de carnaúba no estado do Piauí. *Revista Espacios*, v. 38, n. 19, p. 32, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n19/a17v38n19p32.pdf>. Acesso em: 18 de mai. 2019.

CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales dos Rios São Francisco e do Parnaíba. **PLANAP**: Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba: Livro 2 – Síntese Executiva Território dos Cocais, 2006.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vereda dos Anacleto**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater. (MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008).

FALCI, M. B. K. Fronteiras de liberdade: ser escravo no sertão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 162, n. 413, p. 77-86, out./dez. 2001. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/136-volume-413.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FE, E. G. M.; GOMES, J. M. A. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da Comunidade Olho d'Água dos Negros, no município de Esperantina-PI. *Soc. nat.*, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 297-308, Aug. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132015000200297&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2019.

FÉ, E.G.M. **Entre babaçuais e carnaubais: espacialidades e territorialidades na Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto – Esperantina (PI)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina: Universidade Federal do Piauí Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2020.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 195-214.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2012. 432 p.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. 235 p. (Coleção Agenda Brasileira).

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre: Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), v. 29, p. 11-24,

2003.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 91 -118.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. *In*: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 15-33.

LIMA, S. O. **Fazendas**: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016. 167p.

LIMA, S. O. Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí. *In*: FIABANI, A.; LIMA, S.O (orgs.). **Sertão Quilombola**: comunidades negras rurais no Piauí: Teresina: EDUFPI, 2017.

MARQUES, C. E.; GOMES, L. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 28, n. 81, p. 137-255, fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003. 267 p.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção *In*: ALMEIDA, A.W.B de (Orgs)..[et al]. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições, 2010. p. 42-49.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Geografia e Política, v. 29).

SACK, R. D. **Territorialidade humana**: teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, D. M.; LIMA, S. O. Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. *In*: **Revista Espacialidades** [online], v. 6, n. 5, 2013. ISSN 1984-817. Disponível em: http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v6n5/Espacialidades_v6n5_10.pdf. p-197-215. Acesso em: 12 set. 2020

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-90.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente. soc.**, Campinas, n. 10, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em :17 mai. 2020.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

Recebido em 03/04/2020. Aceito para publicação em 17/09/2020.
--